APAV®

associação portuguesa de Apoio à Vítima

RECORTES DE IMPRENSA

JUNHO 2021

COVID-19: Apoio à distância da APAV demonstrou potencial subvalorizado

Mais de 70% dos atendimentos feitos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) durante o período de confinamento foram realizados por telefone, e o apoio à distância mostrou ter um potencial até então subvalorizado no apoio às vítimas.

MÁRIO CRUZ/LUSA

De acordo com um estudo da APAV sobre "Violência contra as mulheres e violência doméstica em tempos de pandemia: caracterização, desafios e oportunidades no apoio à distância", apresentado hoje, a pandemia de covid-19 "obrigou a alterações imprevisíveis e sem planeamento prévio no apoio a vítimas de violência contra as mulheres e de violência doméstica (VMVD), impondo o recurso de ferramentas de apoio à distância".

Estas ferramentas à distância, tanto por telefone como online, em alternativa ao apoio presencial, mostraram ter um potencial que tinha sido, até então, "subvalorizado", uma constatação que, segundo o estudo, "acarreta desafios, alguns dos quais relacionados com a preparação, treino e prática dos profissionais da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) para a utilização do apoio à distância em todo o seu potencial".

"É, pois, urgente reestruturar a formação técnica neste domínio, capacitando as organizações de apoio e os seus profissionais para o apoio à distância em todas as suas valências", defendem os investigadores da Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz e da Universidade Fernando Pessoa.

Entendem também que "urge criar mecanismos para a avaliação dos riscos psicossociais que podem resultar do trabalho desenvolvido pelos técnicos de apoio à vítima, um risco intrínseco ao contacto com esta problemática".

De acordo com a investigação, por causa da pandemia mais de metade das estruturas de atendimento (57,7%) onde os técnicos de apoio à vítima exercem funções suspendeu o apoio presencial, sendo que 48% delas retomou o funcionamento habitual a seguir ao período de confinamento, sendo que mais de metade (60,2%) dos profissionais de apoio passaram a trabalhar em regime de teletrabalho.

O estudo demonstrou também que o trabalho à distância e o apoio às vítimas à distância teve também efeitos nos fatores psicossociais dos profissionais, que apresentaram “níveis favoráveis para a saúde”.

No entanto, “as exigências laborais, especificamente as exigências emocionais e as exigências cognitivas são as duas categorias que exibem risco elevado para a saúde dos técnicos de apoio à vítima”.

Nesse sentido, o estudo faz um conjunto de recomendações para gerir os riscos identificados e prevenir riscos psicossociais futuros como implementar ações de sensibilização e desenvolver ações que promovam a saúde psicológica no local de trabalho.

Durante o período da pandemia, analisando apenas 2020, antes, durante e depois do período de confinamento, a APAV recebeu 7.667 pedidos de apoio, 61% dos quais relativos a casos de violência em contexto de relações de intimidade, em que 82% das vítimas eram mulheres e 90% dos agressores eram homens, e em que 89% dos casos de vítimas mulheres foram alvo de violência continuada, em média, por mais de oito anos.

“Quanto às formas de atendimento efetuadas pela APAV, mais de 70% foi realizada por contacto telefónico”, revela o estudo.

Já especificamente durante o período de confinamento, entre 22 de março e 03 de maio, a APAV recebeu 520 pedidos de ajuda por violência contra mulheres, 62,5% dos quais relativos a casos ocorridos em contexto de relações de intimidade, em que 87,5% das mulheres foram vítimas de violência doméstica.

Para fazer uma caracterização do apoio à distância, foi realizado um inquérito online, no qual participaram 196 técnicos de apoio à vítima da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), que demonstrou que o telefone foi apontado como o meio usado com mais frequência para prestar apoio às vítimas nos períodos de isolamento (43,9%) e emergência (57,1%).

“A maioria dos técnicos (82,7%) afirmou não possuir qualificação profissional em apoio à distância com vítimas de violência contra mulheres e violência doméstica”, mas mesmo assim quase metade (49,5%) descreveu o apoio à distância como uma ferramenta boa e muito útil (63,3%) para ajudar estas vítimas, nomeadamente para lidar com o isolamento, reduzir a inibição, medo ou vergonha e promover a capacitação da vítima.

OBSERVADOR

Apoio às vítimas à distância, durante a pandemia, mostrou potencial desconhecido

A maioria dos técnicos diz ter falta de competências para o atendimento à distância, mas muitos descrevem este apoio como uma ferramenta boa e muito útil, especialmente em casos de isolamento e medo.

Agência Lusa
Texto

02 jun 2021, 18:14

Mais de 70% dos atendimentos feitos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) durante o período de confinamento foram realizados por telefone, e o apoio à distância mostrou ter um potencial até então subvalorizado no apoio às vítimas.

De acordo com um estudo da APAV sobre "Violência contra as mulheres e violência doméstica em tempos de pandemia: caracterização, desafios e oportunidades no apoio à distância", apresentado esta quarta-feira, **a pandemia de Covid-19 "obrigou a alterações imprevisíveis e sem planeamento prévio no apoio a vítimas de violência** contra as mulheres e de violência doméstica (VMVD), impondo o recurso de ferramentas de apoio à distância".

Estas ferramentas à distância, tanto por telefone como online, em alternativa ao apoio presencial, mostraram ter um potencial que tinha sido, até então, "**subvalorizado**", uma constatação que, segundo o estudo, "acarreta desafios, alguns dos quais relacionados com a preparação, treino e prática dos profissionais da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD) para a utilização do apoio à distância em todo o seu potencial".

É, pois, urgente reestruturar a formação técnica neste domínio, capacitando as organizações de apoio e os seus profissionais para o apoio à distância em todas as suas valências", defendem os investigadores da Cooperativa de Ensino Superior Egas Moniz e da Universidade Fernando Pessoa.

Entendem também que "urge criar mecanismos para a avaliação dos riscos psicossociais que podem resultar do trabalho desenvolvido pelos técnicos de apoio à vítima, **um risco intrínseco ao contacto com esta problemática**".

De acordo com a investigação, por causa da pandemia mais de metade das estruturas de atendimento (57,7%) onde os técnicos de apoio à vítima exercem funções suspendeu o apoio presencial, sendo que 48% delas retomou o funcionamento habitual a seguir ao período de confinamento, sendo que mais de metade (60,2%) dos profissionais de apoio passaram a trabalhar em regime de teletrabalho.

O estudo demonstrou também que o trabalho à distância e o apoio às vítimas à distância teve também efeitos nos fatores psicossociais dos profissionais, que apresentaram "**níveis favoráveis para a saúde**".

No entanto, “as exigências laborais, especificamente as exigências emocionais e as exigências cognitivas são as duas categorias que exibem risco elevado para a saúde dos técnicos de apoio à vítima”. Nesse sentido, o estudo faz um conjunto de **recomendações para gerir os riscos identificados e prevenir riscos psicossociais futuros** como implementar ações de sensibilização e desenvolver ações que promovam a saúde psicológica no local de trabalho.

Durante o período da pandemia, analisando apenas 2020, antes, durante e depois do período de confinamento, a APAV recebeu 7.667 pedidos de apoio, **61% dos quais relativos a casos de violência em contexto de relações de intimidade, em que 82% das vítimas eram mulheres e 90% dos agressores eram homens**, e em que 89% dos casos de vítimas mulheres foram alvo de violência continuada, em média, por mais de oito anos.

Quanto às formas de atendimento efetuadas pela APAV, mais de 70% foi realizada por contacto telefónico”, revela o estudo.

Já especificamente durante o período de confinamento, entre 22 de março e 3 de maio, a APAV recebeu 520 pedidos de ajuda por violência contra mulheres, 62,5% dos quais relativos a casos ocorridos em contexto de relações de intimidade, em que 87,5% das mulheres foram vítimas de violência doméstica.

Para fazer uma caracterização do apoio à distância, foi realizado um inquérito online, no qual participaram 196 técnicos de apoio à vítima da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), que demonstrou que o telefone foi apontado como o meio usado com mais frequência para prestar apoio às vítimas nos períodos de isolamento (43,9%) e emergência (57,1%).

“A maioria dos técnicos (**82,7%**) afirmou não possuir qualificação profissional em apoio à distância com vítimas de violência contra mulheres e violência doméstica”, mas mesmo assim quase metade (**49,5%**) descreveu o apoio à distância como uma ferramenta boa e muito útil (**63,3%**) para ajudar estas vítimas, nomeadamente para lidar com o isolamento, reduzir a inibição, medo ou vergonha e promover a capacitação da vítima.

Violência online. “Ninguém consegue dizer à vítima que isto vai acabar”

28 jun, 2021 - 09:00 • Liliana Carona

O isolamento provocado pela crise pandémica levou ao aumento da violência em plataformas digitais. Uma situação que afeta sobretudo mulheres, provocando medo e ansiedade.

Mais de 60% das vítimas são mulheres. Foto: Vickie Flores/EPA

De 2019 para 2020, a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) registou um aumento de 40% na violência online e, no primeiro semestre de 2021, o número de casos está próximo do total do ano anterior: 1.138 pedidos de ajuda, quando comparado com os 1.164 de 2020.

A Linha Internet Segura é coordenada pela APAV desde 2019 e tem duas vertentes: o apoio à vítima e a possibilidade de denúncia destes casos. **Mais de 60% das vítimas são mulheres** e as consequências deste tipo de violência pode não ter fim. Grupos organizados partilham conteúdo íntimo a toda a hora, mas este ano surgiu um grito de alerta: a “Associação Não Partilhes”.

O isolamento provocado pela crise pandémica levou ao aumento da violência em plataformas digitais. Uma violência que provoca medo e ansiedade.

Inês Marinho, 23 anos, regressa à praia da Figueira da Foz, onde passou a adolescência. As memórias vão e vêm como as ondas. "**Pensava que ia esquecer, mas não esqueci. Os olhares de nojo, discriminatórios, fizeram-me ter problemas de autoestima**. Sabia de pessoas na praia, a tirar fotos e a colocá-las em sites e portais informáticos e nem sabemos onde vai ter. Gosto de vir à praia, de respirar, mas não me sinto segura na Figueira da Foz, esta praia não me traz boas recordações. Eu era uma miúda e ainda são coisas que eu penso, e aqui não estou segura", insiste, olhando o mar e recordando o bullying que sofria na escola.

Violência online, violência sem fim - Ouça a reportagem de Liliana Carona

"Por exemplo, usava um decote, chamavam-me nomes, comentários que ouvi a vida toda, desde que eu me conheço como menina, quase que experienciava as mesmas coisas que oiço hoje aos 23. Até tive situações de me empurrarem na escola, de me mandarem copos de água na cantina e eu era menor, não ia conseguir aguentar isso para o resto da vida. Estou-me a proteger ao não estar aqui" e foi por esse motivo que Inês deixou a Figueira da Foz há quatro anos.

Administrativa em Lisboa, foi "numa grande cidade que procurou ter paz", mas admite não se sentir livre em lado nenhum. "Posso ir para Espanha, Itália, eu não sou livre, em qualquer lado temos medo, temos namorado, temos medo, não temos namorado, temos medo, estamos de fato de banho, temos medo, estamos na praia, temos medo. Eu não quero viver assim, nem nenhuma mulher quer viver assim".

"Esta impunidade que se sente online tem de acabar"

Se a ida para Lisboa afastou Inês do bullying presencial, a perseguição continuou online. **Por detrás de um ecrã "somos quem quisermos", salienta, denunciando que "a quantidade de assédio e de importunação que recebe online é de bradar aos céus**, coisas chocantes".

"Já tive pessoas a mandarem-me vídeos de pessoas a masturbarem-se para cima de fotos minhas, quando eu tive cancro, enquanto eu estava doente, coisas esquisitas, estranhas, chamarem-me nomes, coisas mesmo horríveis. Eu tento abster-me, e sou resiliente, o que eu não diria a si neste momento, não lhe diria online", defende a jovem ativista que garante ter tido o apoio da família e amigos, ainda que não seja suficiente.

"Mesmo tendo a família, amigos, namorado, o resto da sociedade está toda pronta para apontar o dedo: mas tu puseste-te a jeito, não devias ter ido por ali, saíste a que horas? Como estavas vestida?".

"Eu recebo mensagens diariamente: 'isto é daquelas raparigas do bairro com muita quilometragem', roça no crime de difamação injúria. 'És uma porca', dizem-me, um julgamento total como se eu fosse um quadro e eu não sou uma figura pública, 'ela é feia, ela é gorda', e esta impunidade que se sente online tem de acabar, tem de ser punido. Eu não posso dizer o que quero, nem ao vivo nem no online", alerta.

Inês Marinho. Foto: Liliana Carona/RR

“Considera-se que a violência doméstica é especialmente grave quando praticada online”

São sempre crimes, os acontecimentos que Inês relata. Uma tipologia diversa e particularmente grave, quando sucede no online, verifica Frederico Marques, jurista da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

“**A violência online pode ser praticada por inúmeras condutas e contextos diferentes e, por isso, o tratamento jurídico é muito diferente**. Pensando nas situações de violência online que decorrem em contexto de violência doméstica, o agressor não se conformando com o fim da relação utiliza materiais em sua posse como forma de vingança. Esta conduta também é tipificada como violência doméstica e, portanto, um crime público, que não exige queixa por parte de vítima, e por isso não tem a baliza temporal dos seis meses que a vítima dispõe para apresentar queixa, mas sim a prescrição que será no mínimo cinco anos”, explica, acrescentando a gravidade da violência que decorre online.

“Considera-se que a violência doméstica é especialmente grave quando praticada nestas circunstâncias, a difusão através da internet, de vídeos, fotografias que envolvam a privacidade da vítima”, salientando o crime de pornografia de menores, “também de natureza pública, a utilização de menor em fotografia, vídeo ou a disponibilização de conteúdos pornográficos que envolvam menores”.

Há ainda a registar os crimes de gravação e fotografia ilícitas, “situação entre adultos em que alguém divulga fotografias ou vídeos que ainda que tenham sido legitimamente obtidos, se essa pessoa as divulgar sem consentimento, estamos também a falar de um crime semi-público e de um prazo de seis meses para apresentar queixa. Mas mesmo este prazo conta-se a partir do momento em que a vítima tem conhecimento destes factos e, para menores, permite-se que o menor chegue à maioridade, para decidir se quer ou não avançar com a queixa”, adverte Frederico Marques.

“Há coisas que podem ser feitas”

Desde janeiro de 2019 que a APAV é membro do Consórcio Internet Segura (CIS), coordenado pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), que também engloba a Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a Direção Geral da Educação (DGE), o Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ), a Fundação Altice e a Microsoft Portugal.

“Este nosso serviço torna-se cada vez mais conhecido e, por outro lado, **com a pandemia, alguma criminalidade transferiu-se para o online, cada vez mais os crimes passam do real para o virtual e é um percurso irreversível”**, garante, dando como exemplo o contexto internacional.

“O paradigma da criminalidade está a alterar-se. No Reino Unido, os crimes de componente online já ultrapassam os crimes exclusivamente praticados em contexto real, não sei se em Portugal já estaremos assim, mas será uma questão de tempo”, adianta Frederico Marques.

A violência online pode configurar tipos de crimes muito diferentes e isolá-la ainda não é possível para a maioria dos organismos. A **Renascença** contactou a GNR para perceber se existiam dados relativos à estratificação da violência online. A resposta foi que “o enquadramento é relacionado de forma geral à violência doméstica, não sendo possível inventariar o número de casos que ocorrem no online”.

“A APAV tem estes dados estratificados porque é responsável pela Linha Internet Segura. É difícil isolá-la” admite, no entanto, o jurista.

Entre 2009 e 2019, menos de metade dos arguidos que foram a julgamento em crimes relacionados com informática foram condenados, de acordo com o relatório anual do Centro Nacional de Cibersegurança. Ou seja, dos 4.630 arguidos, apenas 2.240 foram condenados.

O jurista da APAV lamenta que a investigação criminal e a recolha de provas sejam mais difíceis em contexto online. “O anonimato é mais fácil de manter, crimes sem rosto, não sabemos quem está escondido por detrás daquele ecrã. Mas o ser mais difícil, não quer dizer impossível. É uma investigação que exige meios dispendiosos para quem investiga.”

No entanto, há caminhos e estratégias, aponta Frederico Marques. “Denunciar estas situações nas plataformas onde elas ocorrem é o primeiro passo e somos, por força da nossa gestão da Linha Internet Segura, ‘trusted flaggers’, ‘sinalizadores fiáveis’. Se nos chegam ao conhecimento conteúdos ilícitos, fazemos denúncia ao Youtube e porque nos consideram ‘trusted flaggers’, vão apreciar mais rapidamente a situação e remover aqueles conteúdos, ou seja, eu queria combater a ideia de impunidade, a prevenção é o mais importante, mas não sendo possível há coisas que podem ser feitas”, afirma o jurista da APAV que recusa, por isso, falar em impunidade.

Sara denunciou nas redes e a violência aumentou

A violência migra do offline para o online. Sara Sequeira, 29 anos, modelo, viveu um episódio, em setembro de 2020, durante uma viagem.

“Foi no ano de 2020, em setembro. Eu ia no comboio, levava um vestido verde, era verão, muitos graus e o revisor ficou a olhar para o meu peito durante muito tempo e disse: ‘ainda bem que não está frio, senão as mamocas constipavam-se’. Fui pedir o livro de reclamações e quando vejo que não me pede desculpa, vêm insultos e aí eu comecei a gravar. Só nos conseguimos defender quando temos provas, e o primeiro ato é filmar”, esclarece Sara que expôs o caso nas redes sociais e a violência não mais parou.

“A nível de trabalhos meus, vi trabalhos a serem rejeitados, muito stalking, mensagens a ameaçar, comentários, não conseguia sozinha bloquear os perfis”, recorda, assumindo que só mais tarde teve noção do impacto da violência online de que tinha sido alvo.

“Só agora percebi que estava com um problema devido a isso, ansiedade. **Quando saio à rua, quando visto um decote, fico com o coração acelerado, tenho de pensar três ou quatro vezes antes de vestir uma roupa.** ‘Vou-te violar cabra’, lia isso em mensagens, de mulheres a dizerem que são vítimas de violência doméstica por causa de mulheres como eu, porque eles querem mulheres assim e depois batem nelas”, respira fundo.

Sara Sequeira. Foto: Sara Sequeira

“Por cada homem que faz uma atitude nojenta, estão 20 mulheres a aplaudi-lo”

Sara deu voltas e voltas e não conseguia dormir. “Ao início parecia que não estava bem em mim, à noite tinha picos de ansiedade muito grandes, dormia umas duas horas. Podia ter entrado em depressão grave, li ameaças, perfis falsos, eu tinha-me ido abaixo se não fosse forte. Já antes deste episódio recebia fotos de órgãos genitais. Eu lembro-me de uma vez não ter aceitado tomar café com um rapaz e comecei a ser insultada nas redes sociais, mas 80% dos comentários que eu li são das mulheres, a culpar-me. Eu enquanto pessoa, por mais estruturas que tenha à minha volta, não consigo insultar alguém como fazem nas redes sociais”, sublinha, concluindo que não se sente livre.

“Não estamos seguras em nenhum lado, é que nem a comprar um bilhete de comboio podemos ter um minuto de paz. **Não somos livres, a culpa nem é só dos homens, é também das outras mulheres, a apontar o dedo. Por cada homem que faz uma atitude nojenta, estão 20 mulheres a aplaudi-lo**” e a violência é crescente, nota Sara.

“A partilha das fotos íntimas está a aumentar com a pandemia, mas não se dá a devida importância. Há cada vez mais grupos de divulgação dessas imagens e mais esquemas, deixa-me louca, não sei como isto é possível”, desabafa.

A APAV tem disponível a LIS (Linha Internet Segura). A psicóloga Cláudia Meira está do outro lado da linha, é gestora do sistema integrado de apoio à distância.

“A Linha Internet Segura tem duas vertentes, prestar apoio Helpline, que é uma linha que funciona todos os dias úteis, das 8h às 22h, 800 219 090, e onde todas as pessoas vítimas ou denunciantes de cibercrime são apoiados e encaminhamos para um dos gabinetes da APAV, prestamos informações práticas. A pessoa pede-nos apoio por esta linha, prestamos apoio psicológico, jurídico, social, através de Skype”, revela Claúdia Meira, destacando também a vertente Hotline, “pessoas que tenham acesso a conteúdos ilegais, podem reportar esse conteúdo, enviam-nos o link através do linhainternetsegura@apav.pt e reportamos às entidades competentes”.

“O ‘pões-te a jeito’ é quase cultural”

O assédio online, com o envio semanal ou até mesmo diário de fotos íntimas, não solicitadas, o cyberflashing e o sextortion, práticas de extorsão de dinheiro em troca da não divulgação online de fotografias ou vídeos com conteúdo sexualmente explícito, são cada vez mais frequentes, observa Claúdia Meira da APAV.

“Em 2020, houve mais pedidos de apoio, principalmente por parte de mulheres (61% de mulheres e 27% de homens), ao todo, 1.164 pedidos de ajuda. Em 2019, registámos 827 casos. Mas de janeiro a maio de 2021 já vão em 1.138”, mostra Claúdia Meira, alertando para a especificidade da violência online.

O que preocupa a psicóloga é não poder garantir às vítimas que a violência online vai ter fim. “Temos de pensar nisto, houve uma violação da minha imagem, eu não sei se daqui a uns tempos os meus filhos, a minha família vão ter acesso às minhas imagens. **A violência online é uma violência que nós, enquanto técnicos, não conseguimos dizer que isto vai acabar. Num caso de violência doméstica, a relação termina, a pessoa separa-se e consegue, por vezes, recuperar. Aqui não.** Eu vou a um site e retiro os conteúdos, mas podem ser publicados noutro site, é humanamente impossível. É isso que tem de ser trabalhado com as vítimas, é elas terem a capacidade de perceber que isto pode não ter um fim, nada garante que daqui a uns anos não volte”, conclui Claúdia Meira, destacando o apoio da APAV.

“A pessoa precisa de ajuda, nós ajudamos a redigir a queixa, muitas vezes está debilitada e não consegue fazer sozinha. Há cada vez mais gravação de fotografias ilícitas, o sextortion é outro tipo de crime que tem estado a aumentar”, denota a psicóloga da APAV.

O caminho trilhado pela APAV, desde 2019, segue a prevenção. “Acho que cada vez mais se tem de falar na violência online e na prevenção. Mesmo em pandemia, a Linha Internet Segura promoveu sessões online nas escolas, para promover comportamentos saudáveis, seguros, no uso da internet”, ressalva Claúdia Meira.

Cláudia Meira, da APAV. Foto: Liliana Carona/RR

“Já tenho conteúdo meu partilhado desde os meus 15 anos”

Também Inês Marinho, vítima de violência online, está decidida a sensibilizar os mais jovens e em outubro de 2020 deu o primeiro passo. O movimento ‘Não Partilhes’, que no passado mês de maio passou a ser oficialmente uma associação.

“Começou por ser um movimento, falando com outras meninas alvo destes grupos. Se calhar há mais pessoas assim, pensei, e procurei informação, mas não havia nada em Portugal. Na primeira semana recebi mais de 500 a 700 mensagens de testemunhos todos diferentes de mulheres e de três ou quatro homens: ‘quero te contar a minha história para saberes que não és maluca’, diziam-me. O meu objetivo é ajudar as vítimas e acolhê-las, tentar encaminhá-las e na parte da prevenção, começar a ir às escolas falar disto, porque a vítima mais nova que acolhi tinha nove anos. Quando alguém te pede uma foto íntima e és menor, não podes mandar, vai urgentemente falar com o teu pai ou mãe ou professores” e relembra um episódio na adolescência que a marcou.

“Um namoradito meu aos 14 anos, fiz uma vídeo chamada, e tirei a camisola e no dia a seguir todos os amigos dele sabiam a cor do meu soutien”, acautela Inês Marinho, que na página do Instagram da associação já tem mais de 35 mil seguidores, a maioria mulheres.

Por vergonha, acredita Inês, nenhum homem dá a cara quando sofre violência online. “Os homens têm de ser sempre fortes, eles até querem fazer queixa, mas têm vergonha”, justifica a ativista, que desde os 15 anos sabe o que é violência online.

“Eu já tenho conteúdo meu partilhado desde os meus 15 anos, fotos minhas na praia, montagens, ‘alguém tem nudes da Inês?’, perguntavam em grupos organizados, recebo semanalmente fotos íntimas ou vídeos de alguém a masturbar-se. Mandarem-me uma foto do órgão genital é a mesma coisa que uma pessoa se desloque até mim e o mostre, a intenção é a mesma, intimidar, assustar”, sustenta, valorizando o consentimento, que para a ativista é essencial. “O consentimento é fulcral, é como o piropo. É algo dúbio na cabeça de muita gente”, declara a jovem ativista.

Grupos organizados partilham fotos e vídeos das vítimas

A **Renascença** tentou recolher testemunhos de homens vítimas desta violência, mas sem sucesso. A voz que se ergue para falar por elas e por eles é a de Inês Marinho, que denuncia a **existência de grupos organizados, os Cyber mobs, práticas online de assédio coletivo**.

“Fotografias em que apagam a camisola, montagens, e eu acordava com mensagens de vídeos em que supostamente era eu que lá estava. Há mais do que nós imaginamos, há muitas que não falam ou nem sabem. A magnitude destes grupos é assustadora. Um dos maiores grupos tinha 63 mil pessoas. Eu recebia mais de cinco mil notificações. Partilhas de fotografias e vídeos de ex namoradas, print screens. É mais no Telegram, onde as imagens não são rastreadas, não há número, não há foto. No Twitter havia uma conta, o Leaktugas, que publicava fotos e vídeos de raparigas e já recorri à justiça, fui chamada para inquérito e estou a aguardar, sei que é um caso em um milhão”, lamenta a ativista, que revela que a maioria dos administradores desses grupos são homens, e para se entrar é preciso provar o género. “Pedem que envie um áudio da voz por exemplo, mas também há grupos geridos por mulheres”, acrescenta a fundadora da ‘Associação Não Partilhes’.

Inês está decidida e vai continuar a luta contra a violência online, que pode não ter rosto, que se esconde por detrás de um ecrã e que, muitas vezes, tem o aplauso da multidão. “Eu acredito que há 70 anos uma mulher levar uma chapada no meio da rua não fosse a coisa mais grave do mundo, se calhar estava a provocá-lo, e agora ninguém fica indiferente e nós ainda não estamos nesta fase no online, mas acredito que, daqui a uns anos, um homem que tenha partilhado fotos da namorada, seja visto como um criminoso”, espera a ativista.

fantastic
mais do que televisão

"Na Porta do Lado": OPTO SIC associa-se à APAV para desenvolver três novos telefilmes

Ricardo Neto APAV, Geral, Na Porta do Lado, OPTO SIC, Santa Rita Filmes, Séries, SIC

***Na Porta do Lado* será a primeira coletânea de telefilmes desenvolvidos para a OPTO SIC e traz para a discussão histórias sobre violência doméstica sob o olhar de quem está de fora do seio do casal. As gravações já decorrem, com cada telefilme a apresentar uma narrativa única, num projeto que conta com a parceria da Associação de Apoio à Vítima. A produção está ao encargo da Santa Rita Filmes, com três mulheres a assumirem a realização do enredo e nomes bem conhecidos no elenco.**

Esperança, amor e medo serão os três ingredientes principais deste novo projeto que deverá estrear ainda em 2021 e trará histórias distintas, com um uma base realista que pretende mostrar como é que quem está de fora pode ter um papel importante na libertação de uma situação de crise vivida por alguém que vive debaixo da guarda-chuva da violência. A proposta passa por apresentar o tema de um ângulo pouco comum, continuando a servir de alerta para que as vítimas deste tipo de situação se sintam mais confortáveis em avançar para um denúncia.

Nas Curvas do Tempo é o primeiro telefilme, num argumento assinado por Cláudia Clemente, que acumula funções de realizadora. Rita Loureiro assume um papel de destaque, na pele da protagonista Helena, ao lado de Miguel Guilherme, que será Mário. Neste enredo, Cristóvão Campos dará vida ao jornalista Rodrigo, que vai acompanhar a vida do casal protagonista, enquanto Sandra Barata Belo fecha o elenco, no seu regresso à ficção depois de uma pausa para se dedicar à maternidade.

Com filmagens a decorrer de vento em poupa, *Estado de Emergência* é o segundo título desta série e conta com a realização de Rita Nunes e autoria de Filipa Martins. Com o amor a ser a principal palavra associada a este segundo projeto, Cláudia Vieira veste a pele de Marta e, ao lado de Marco D'Almeida, que será Jorge, dará corpo ao casal principal deste telefilme. Cleia Almeida é a vizinha Inês, o elemento exterior ao casal que se apercebe que algo não está bem e que tentará dar uma ajuda para colocar um ponto final naquela situação.

Por último, Patrícia Sequeira soma ao seu currículo a realização de mais um projeto para a OPTO SIC. Depois de *O Clube* e *Prisão Domiciliária*, será agora responsável por trazer para o ecrã o argumento de *Falta Injustificada,* que assinou em conjunto com Filipa Leal. Lúcia é a figura central deste terceiro título da coletânea e será vivida por Lúcia Moniz, no seu regresso ao pequeno ecrã, depois do destaque na longa-metragem *Listen*. Renato Godinho dará vida ao marido de Lúcia, na pele de Bruno, enquanto a figura externa ao casal será a professora Clara, papel entregue a Maria João Falcão, que pode ser vista atualmente em *Prisão Domiciliária*, na plataforma de *streaming* da estação de Paço de Arcos.

Opto vai estrear 3 filmes sobre violência doméstica — com Cláudia Vieira e Miguel Guilherme

"Na Porta ao Lado" é uma das novidades da plataforma de streaming da SIC. E também vem aí a terceira temporada de "O Clube".

08/06/2021 às 15:07

Pouco mais de seis meses desde o lançamento da Opto, a plataforma de streaming da SIC antecipa à NiT várias novidades para breve. Uma delas é a trilogia de filmes originais "Na Porta ao Lado".

Os filmes vão estrear durante o verão e serão os primeiros títulos do género da plataforma. Cada produção terá atores diferentes, mas todas as histórias terão uma temática em comum, a violência doméstica — daí que seja uma trilogia com o cunho da APAV.

O enredo desenrola-se da perspetiva de um observador distante, seja um jornalista, uma vizinha ou uma professora. **As três produções serão realizadas e escritas por autoras femininas.**

"Nas Curvas do Tempo" — com a temática "Esperança" — será um filme dirigido e escrito por Cláudia Clemente. Miguel Guilherme, Rita Loureiro, Cristóvão Campos e Sandra B. Belo fazem parte do elenco.

"Estado de Emergência", com o tema "Amor", foi escrito por Filipa Martins e terá realização de Rita Nunes. Cláudia Vieira, Marco D'Almeida e Cleia Almeida serão os protagonistas desta narrativa.

Por fim, há "Falta Injustificada", que se insere no tema "Medo". Patrícia Sequeira será a realizadora e também escreveu o guião, em conjunto com Filipa Leal. Lúcia Moniz, Renato Godinho e Maria João Falcão fazem parte do elenco.

Além disso, a SIC revela à NiT que a Opto vai estrear nos próximos tempos a terceira temporada de "O Clube", uma das primeiras produções originais da plataforma, inspirada no famoso Elefante Branco. Leia a nossa entrevista com o argumentista João Lacerda Matos sobre este projeto. Outras das séries originais que estão na plataforma são "Esperança", "Prisão Domiciliária" e "A Generala".

“Estamos muito felizes e orgulhosos das conquistas da equipa pelo facto de termos conseguido lançar a primeira plataforma de streaming nacional em tempo de pandemia. Como os últimos tempos nos mostraram, o mundo pode mudar em questão de semanas e encarámos os desafios como oportunidades de aprender e adaptar enquanto perseguimos os nossos objetivos de longo prazo”, diz a diretora de Aquisição e Gestão de Formatos, Vanessa Fino Tierno.

“O nosso objetivo com a Opto é prestar um nível de serviço igual ao das grandes plataformas de streaming mundiais, tendo sempre em conta a experiência de utilização por parte dos espetadores e a inovação. Por exemplo, desde o lançamento, os clientes da versão paga podem ver os episódios das novelas da SIC em antestreia, ou seja, 24 horas antes de serem emitidos em antena. A antestreia destes conteúdos tem tido grande procura na Opto, cada vez mais há um público que quer assistir aos nossos conteúdos quando e onde quiser”, acrescenta uma das principais responsáveis pela plataforma.

CONHEÇA O FILME "DOLO- TODOS SÃO CULPADOS", PROJECTO COM APOIO DA PJ E DA APAV

Esta sexta-feira, conhecemos o filme "Dolo-Todos são Culpados", um projeto que conta com o apoio da PJ e da APAV e pretende sensibilizar o público contra a violência doméstica.

Está a ser feita uma campanha de crowdfunding para que as gravações se iniciem, a antestreia desta curta-metragem está prevista para o mês de novembro.

Homem de Famalicão condenado a 15 anos de prisão por 452 crimes sexuais contra filhas

O arguido foi condenado por 53 crimes de abuso sexual de crianças agravado, 208 crimes de abuso sexual de menores dependentes agravado e 191 crimes de violação agravada.

8 de Junho de 2021, 13:32

Receber alertas

O Tribunal de Guimarães condenou um homem de 45 anos de Cruz, Vila Nova de Famalicão, a 15 anos de prisão, por 452 crimes de abuso sexual e violação, sendo as vítimas as duas filhas.

Por acórdão de 7 de Junho, a que a Lusa teve acesso esta terça-feira, o tribunal condenou ainda o arguido ao pagamento de indemnizações às filhas num valor total de cerca de 80 mil euros. O arguido foi condenado por 53 crimes de abuso sexual de crianças agravado, 208 crimes de abuso sexual de menores dependentes agravado e 191 crimes de violação agravada.

No total, as penas parcelares aplicadas por cada um dos crimes ascendem a mais de 1.500 anos de prisão. Como pena acessória, o tribunal decretou ainda inibição do arguido do exercício das responsabilidades parentais relativamente à filha mais nova, que ainda é menor.

O tribunal deu como provado que a principal vítima dos abusos sexuais foi a filha mais velha do arguido. Os abusos terão começado quando tinha 13 anos, altura em que o pai lhe terá dito que a ia “preparar para o futuro”.

Só pararam quando a filha, aos 21 anos, contou a uma amiga o que se estava a passar e avançou com uma denúncia na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

Os abusos eram perpetrados quase sempre na residência da família, mas também aconteceram num monte próximo da habitação.

À medida que a filha se ia aproximando da maioridade, o arguido terá começado a intensificar o controlo sobre a mesma, opondo-se até que tivesse um relacionamento de namoro. Posteriormente, quando a filha começou a namorar, só a deixava ir ter com o namorado se antes mantivesse relações sexuais com ele. Sempre sob ameaças, designadamente de morte. Os abusos sexuais ocorreram praticamente todas as semanas.

O tribunal deu também como provado que o arguido abusou igualmente da filha mais nova, numa altura em esta tinha 13 anos.

Em sede de primeiro interrogatório judicial, o arguido tinha admitido que apenas abordara sexualmente a filha mais velha três ou quatro vezes, mas no julgamento já negou qualquer abuso.

No acórdão, o tribunal sublinha que a actuação do arguido “choca a comunidade em geral e as famílias em particular, no plano dos sentimentos de respeito, empatia e compaixão e da pureza de afectos que estão associados a qualquer relação de paternidade saudável”.

Diz ainda que “fere os valores mais elementares de protecção das crianças e jovens, assim como a moral pública”. Para o tribunal, estes são crimes que constituem uma “fonte de fortíssimo alarme social”, pelo que se impõe “sensibilizar a população em geral, sobretudo em contexto familiar (esfera em que a criança e o adolescente procuram e esperam protecção a todos os níveis), para a necessidade de respeitar em absoluto o direito de autodeterminação sexual das crianças e adolescentes e a liberdade sexual alheia”.

O tribunal destaca ainda a “manifesta” ausência de um juízo crítico de autocensura pelos actos criminosos e graves que praticou, evidenciando o arguido em seu desfavor “uma personalidade com traços de imaturidade, impulsividade, primitivismo e gratificação imediata dos instintos”.

Diz ainda que o arguido causou às filhas “um trauma do foro psicológico e emocional, significativo e duradouro” e sublinha o dolo directo com que actuou. No processo, o arguido era ainda acusado de violência doméstica sobre a mulher, mas o tribunal absolveu-o deste crime.

O colectivo de juízes deu como provado que, além de troca mútua de insultos injúrias entre o casal, o arguido deu uma bofetada e um empurrão à mulher, considerando que em causa poderia apenas estar um crime de ofensas à integridade física.

No entanto, este é um crime que carece de apresentação de queixa por parte da vítima, o que não se verificou, pelo que o arguido foi absolvido.

Famalicão

Condenado a 15 anos de prisão por abusar das filhas 452 vezes

O Tribunal de Guimarães condenou um homem de 45 anos, de Cruz, Vila Nova de Famalicão, a 15 anos de prisão, por 452 crimes de abuso sexual e violação. As vítimas são as duas filhas.

Por acórdão de 7 de junho, a que a agência Lusa teve acesso esta terça-feira, o arguido foi condenado por 53 crimes de abuso sexual de crianças agravado, 208 crimes de abuso sexual de menores dependentes agravado e 191 crimes de violação agravada. No total, as penas parcelares aplicadas por cada um dos crimes ascendem a mais de 1500 anos de prisão.

O tribunal condenou ainda o arguido ao pagamento de indemnizações às filhas num valor total de cerca de 80 mil euros. E decretou ainda inibição do arguido do exercício das responsabilidades parentais relativamente à filha mais nova, que ainda é menor.

Disse que ia preparar a filha para o futuro

A principal vítima dos abusos sexuais foi a filha mais velha do arguido. Os abusos, ocorridos praticamente todas as semanas, terão começado quando esta tinha 13 anos, altura em que lhe terá dito que a ia "preparar para o futuro". Só pararam quando a filha, aos 21 anos, contou a uma amiga o que se estava a passar e avançou com uma denúncia na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). Os abusos eram perpetrados quase sempre na residência da família, mas também aconteceram num monte próximo da habitação.

À medida que a filha mais velha se ia aproximando da maioridade, o arguido terá começado a intensificar o controlo sobre ela, opondo-se até que namorasse. Quando a filha começou um relacionamento, só a deixava ir ter com o namorado se antes mantivesse relações sexuais consigo, sempre sob ameaças, incluindo de morte.

O tribunal deu também como provado que o arguido abusou igualmente da filha mais nova, quanto esta tinha 13 anos. No primeiro interrogatório judicial, o arguido tinha admitido que apenas abordara sexualmente a filha mais velha três ou quatro vezes, mas no julgamento negou qualquer abuso.

"Gratificação imediata dos instintos"

No acórdão, o tribunal sublinha que a atuação do arguido "choca a comunidade em geral e as famílias em particular, no plano dos sentimentos de respeito, empatia e compaixão e da pureza de afetos que estão associados a qualquer relação de paternidade saudável". Diz ainda que "fere os valores mais elementares de proteção das crianças e jovens, assim como a moral pública".

Para o tribunal, estes são crimes que constituem uma "fonte de fortíssimo alarme social", pelo que se impõe "sensibilizar a população em geral, sobretudo em contexto familiar (esfera em que a criança e o adolescente procuram e esperam proteção a todos os níveis), para a necessidade de respeitar em absoluto o direito de autodeterminação sexual das crianças e adolescentes e a liberdade sexual alheia".

O tribunal destaca ainda a "manifesta" ausência de um juízo crítico de autocensura pelos atos criminosos e graves que praticou, evidenciando o arguido em seu desfavor "uma personalidade com traços de imaturidade, impulsividade, primitivismo e gratificação imediata dos instintos". Diz ainda que o arguido causou às filhas "um trauma do foro psicológico e emocional, significativo e duradouro" e sublinha o dolo direto com que atuou.

Absolvido de violência doméstica

No processo, o arguido era ainda acusado de violência doméstica sobre a mulher, mas o tribunal absolveu-o deste crime. O coletivo de juízes deu como provado que, além de troca mútua de insultos injúrias entre o casal, o arguido deu uma bofetada e um empurrão à mulher, considerando que em causa poderia apenas estar um crime de ofensas à integridade física. No entanto, este é um crime que carece de apresentação de queixa por parte da vítima, o que não se verificou, pelo que o arguido foi absolvido.

NATURIDADE
CUIDAR DE SI FAZ PARTE DE NÓS.

CONSCIENCIALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

15 Junho, 2021

Comemorado pela primeira vez em 2006 pelas Nações Unidas e a Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, o Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa tem lugar a 15 de Junho.
Com este dia, pretende-se refletir sobre uma questão social bastante sensível e, acima de tudo, acabar com a violência contra a pessoa idosa.

Num momento em que a população mundial se encontra envelhecida (estima-se que em 2025 existam 1,2 mil milhões de pessoas com mais de 60 anos em todo o mundo), é importante que os idosos não sejam esquecidos, sujeitos a maus-tratos – sejam físicos, verbais ou psicológicos – por parte das famílias, serviços de acolhimento ou até mesmo pela sociedade em geral. É importante que os seus direitos sejam salvaguardados por instituições que assegurem o seu bem-estar, a sua integração na sociedade e/ou em lares de acolhimento.

Em Portugal, o número de casos tem vindo a aumentar ao longo dos anos. Em relação a 2019, existiriam em 2020 mais 20% de vítimas de violência. Mais de 70% das vítimas são mulheres com uma idade média de 76 anos sendo, na maioria das vezes, os agressores relacionados com a vítima.
O relatório anula da APAV referente a 2020 dá conta de “13.093 vítimas diretas, tendo estas sido alvo de mais de 19.000 crimes e outras formas de violência” ao longo de 2019.

Este dia serve também para relembrar que a discriminação etária existe e que é uma grave violação dos Direitos Humanos.

No caso de sofrer de violência ou conhecer alguém que possa estar a sofrer de violência contacte as entidades competentes ou saiba mais informações em www.apav.pt/idosos

Canal S+
Saúde que se vê

Médicos do Centro querem idosos tratados com respeito e humanismo

LUSA
15-06-2021 11:02h

O presidente da Secção Regional do Centro da Ordem dos Médicos (SRCOM), Carlos Cortes, exortou hoje a sociedade e a comunidade médica a tratarem as pessoas idosas com respeito e humanismo.

"É uma realidade que nos deve preocupar, enquanto sociedade. Temos de pugnar pelo bem-estar das pessoas idosas que merecem os nossos cuidados, o nosso respeito e o nosso sentido de humanismo", frisou o médico, numa mensagem a propósito do Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, que se assinala hoje.

Para o dirigente, "esta data existe, enquanto desafio, para lembrar que se deve lutar contra a discriminação e contra estes abusos a uma população de faixa etária especialmente vulnerável".

Segundo o relatório anual da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), quatro idosos foram vítimas de violência por dia em 2020, o que significou um aumento de mais de 20 por cento face a 2019, de acordo com as últimas estatísticas.

O presidente da SRCOM considera que "esta é uma realidade muito triste, até porque estão em causa direitos humanos", pelo que reitera a necessidade de maior empenho de toda a sociedade, e dos serviços de saúde em particular, para ajudar as vítimas "que, na sua grande maioria, sofrem em silêncio".

"Reverter esta dolorosa realidade, é um imperativo ético, de humanismo e de cidadania", sustenta Carlos Cortes, salientando que os médicos têm um papel muito importante "de sensibilização, de promoção do bem-estar dos mais idosos e do dever de cuidar com redobrado empenhamento".

O Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, criado em 2006 pelas Nações Unidas e pela Rede Internacional de Prevenção à Violência à Pessoa Idosa, tem como objetivos refletir sobre uma questão social sensível e acabar com a violência contra a pessoa idosa.

A SRCOM sublinha que, numa sociedade cada vez mais envelhecida (estima-se a existência de 2,1 mil milhões de pessoas com mais de 60 anos em 2050), "os idosos são esquecidos e sujeitos a maus-tratos físicos e psicológicos, quer pelas suas famílias, quer pelos serviços de acolhimento ou pela sociedade em geral".

NASCER DO SOL

OPINIÃO 19 de junho 2021

Nem os idosos têm descanso!

Os idosos, tal como as crianças, são os mais suscetíveis, os mais fragilizados e os mais fáceis de manter calados! Temos de ser nós a agir e a não perpetuar este silêncio abafado por agressões e ameaças!

por Francisca de Magalhães Barros

No passado dia 15, assinalou-se O Dia Mundial da Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa. Apesar deste dia ser para muitos um marco, para mim, são mais marcas da negligência a que muitos idosos estão sujeitos dentro do seu próprio seio familiar, dentro das suas próprias casas, e como nós sabemos que são as casas que os fazem felizes e que tanto lhes custa abandonar. É triste saber as proporções de tal violência, manipulação e fragilidade. Nesta pandemia, a violência contra os idosos, foi a que mais aumentou! «O relatório anual da APAV referente a 2020, divulgado esta segunda-feira, dá conta de 13.093 vítimas diretas, tendo estas sido alvo de mais de 19.000 crimes e outras formas de violência ao longo do último ano.

Dessas vítimas, 12,4% são pessoas idosas, a maior percentagem de sempre desde a criação da associação em 1990.

Apesar de se registarem mais 12,1% de vítimas no geral do que em 2019, o aumento chega a 21,8% nas pessoas com mais de 65 anos, faixa etária em que se contabiliza 1624 vítimas». Estes números são assustadores e mais uma vez revelam os padrões comportamentais da nossa sociedade, uma sociedade que se quer 'descartar' da pessoa idosa, mesmo esta sendo sua familiar direta!

Os idosos tal como as crianças, são os mais suscetíveis, os mais fragilizados e os mais fáceis de manter calados! Temos de ser nós, enquanto sociedade a reportar as situações! Temos de ser nós a agir e a não

RTP NOTÍCIAS

atualizado 15 Junho 2021, 10:15

#StopIdadismo pretende combater preconceitos contra idosos

As rugas e os cabelos brancos não podem ser sinónimo de discriminação. O combate aos preconceitos contra os idosos, é o lema do movimento #StopIdadismo, apresentado há cerca de um mês em Portugal. No Dia Mundial de Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, são os mais velhos que estão no centro das atenções

O movimento quer aproveitar o dia de hoje para contestar a intenção da Organização Mundial de Saúde de incluir a velhice na lista de doenças, por considerar que essa também pode ser uma forma de discriminação, com base na data de nascimento que consta do Cartão de Cidadão.

No Dia Mundial de Consciencialização da Violência contra a Pessoa Idosa, a APAV defende uma mudança de paradigma. Marta Carmo, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, diz que é tempo de acabar com os preconceitos em relação às pessoas com idade avançada.

O Nosso Filho

Regras para uma navegação segura na internet

Brincar, Criança, Educar, Uncategorized | 0 | ★★★★★

Fique com conselhos para orientar o seu filho a fazer uma utilização mais segura da internet e a prevenir alguns dos principais perigos online.

Ana Margarida Marques

O Centro Internet Segura alerta que a massificação da internet desencadeia cada vez mais riscos online especialmente para os mais novos.
Os pais devem saber orientar os filhos para uma utilização segura da internet de forma a prevenir comportamentos online que possam colocar em causa a segurança das crianças e dos jovens.
Com base nos recursos disponibilizados pelo Centro Internet Segura, fique com algumas estratégias para orientar o seu filho a fazer uma utilização mais segura da rede:

- Navegar em sites seguros (na barra de endereço deve conter https:// e visualizar um cadeado).
- Não partilhar as palavras-passe com outras pessoas;
- Não dar qualquer informação pessoal ou íntima;
- Guardar os registos de todas as mensagens recebidas;
- Aceitar apenas os pedidos de utilizadores que conhece pessoalmente;
- Não se encontrar com utilizadores que acabou de conhecer nas redes sociais;
- Não publicar informações relacionadas com outros utilizadores.

Linha Internet Segura 800 219 090

O Centro Internet Segura pretende dar esclarecimento e apoio ao cidadão, para uma utilização mais segura, responsável e saudável da Internet e tecnologias associadas.
A Linha Internet Segura funciona nos dias úteis das 9h00 às 21h00. A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima é a entidade que coordena a Linha Internet Segura, um serviço do Centro Internet Segura.
Também está acessível através de formulário pedido de esclarecimento ou correio electrónico (linhainternetsegura@apav.pt).
A linha disponibiliza ainda um serviço de denúncia de conteúdos ilegais online, a saber: Conteúdos de Abuso Sexual de Menores, Apologia ao Racismo, Apologia à Violência.

Para tal basta preencher o formulário Denunciar Conteúdo Ilegal, contacto telefónico gratuito (800 21 90 90), e correio electrónico (linhainternetsegura@apav.pt).

perpetuar este silêncio abafado por agressões e ameaças! «As estatísticas referentes a 2020 indicam ainda que 72% das vítimas idosas são mulheres com uma idade média de 76 anos, a maioria dos autores dos crimes são os filhos ou os cônjuges, a que correspondem a 33,8% e 22,7%, respetivamente. Do sexo masculino 15,3% das vítimas são pessoas idosas.

Já os autores dos crimes com mais de 65 anos equivalem apenas a 4,8% do total. Dos 13.133 autores denunciados, 65% eram do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos. Já os autores dos crimes com mais de 65 anos equivalem apenas a 4,8% do total. Dos 13.133 autores denunciados, 65% eram do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 35 e os 54 anos».

Estes dados apresentam uma cobertura de 94% do território nacional, uma vez que «dos 308 municípios existentes em Portugal, a APAV chegou a 290 através do apoio prestado às vítimas diretas», afirma-se no relatório.

Todo este artigo é assustadoramente factual. Parece um filme de terror, infelizmente é a realidade de muitos idosos em Portugal!

obras sociais Viseu

12 JUN DIA 12 DE JUNHO É O DIA MUNDIAL CONTRA O TRABALHO INFANTIL.

O conceito de trabalho infantil pode ser definido como o trabalho que priva as crianças da sua infância, dignidade e segurança, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental.

A Assembleia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução que declara 2021 como o Ano Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, tendo como objetivo erradicar o tráfico de seres humanos e a escravidão moderna.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, o trabalho infantil diminuiu 38% na última década, mas é uma realidade que ainda afeta cerca de 152 milhões de crianças, perspetivando-se que tenha sido agravada pela pandemia de COVID-19.

Se conhece alguma criança vítima de violência, contacte-nos.

Linha de Apoio à Vítima | 116 006

MARKETEER

Airbnb tem 100 milhões para apoiar associações e três são portuguesas

Por **Marketeer** — em **10:20, 18 Jun, 2021**

A Airbnb criou o Fundo da Comunidade, através do qual pretende atribuir 100 milhões de dólares aos bairros e cidades dos seus anfitriões, durante 10 anos. Parte deste valor será destinado a Portugal, onde a empresa especializada em alojamento temporário vai apoiar o trabalho da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, da Fundação COI e da Romi's Way.

Em comunicado, a Airbnb informa que Portugal e Espanha irão receber, este ano, mais de 325 mil euros do Fundo da Comunidade.

No total, a Airbnb vai apoiar, ao longo de 2021, mais de 150 entidades de mais de 40 países, sendo que todas elas estão envolvidas na luta contra a pandemia, desenvolvimento económico ou formação da população.

«É uma iniciativa fantástica a longo prazo», diz Norma Chipiola, representante espanhola no Conselho de Anfitriões (HAB), um grupo de 18 anfitriões de 15 países que representam a comunidade Airbnb. Foi este o organismo responsável por seleccionar as áreas de interesse e especialização das entidades beneficiárias deste ano, elaborando também uma lista de associações que correspondiam aos critérios definidos.

Elsa Gil Sobral, da APAV, considera que este apoio «significa muito» e adianta que «será utilizado em toda a rede nacional de serviços de proximidade da APAV: gabinetes de apoio às vítimas de crime e violência, abrigos familiares para mulheres e seus filhos vítimas de crime, violência doméstica e sexual, serviços de ajuda itinerante e linhas de apoio integradas à distância, prevenindo, apoiando e protegendo as vítimas de crime, as suas famílias e amigos».

Organizações sociais já podem inscrever-se na 5.ª edição do programa Miles

Joana Nabais Ferreira
11 Junho 2021

28

O programa anual de capacitação da gestão para o setor social da Fundação Manuel Violante destina-se a 15 organizações sociais da área metropolitana de Lisboa.

Follow Like

Já estão abertas as inscrições para a 5.ª edição do programa Miles, o programa anual de capacitação da gestão para o setor social da Fundação Manuel Violante. Esta edição destina-se a 15 organizações sociais da área metropolitana de Lisboa e tem como objetivo promover o desenvolvimento de competências de gestão.

Academia Glintt está de volta. Candidaturas até 30 de junho
Ler Mais

As inscrições estão abertas até **30 de junho**, sendo que podem candidatar-se ao programa "organizações com missão social que atuem na área metropolitana de Lisboa, independentemente do seu público-alvo ou dimensão", esclarece a fundação em comunicado.

Ao longo de um ano, cada organização terá o acompanhamento individualizado de um mentor da Fundação Manuel Violante e serão trabalhados, em conjunto, temas como a missão, a visão, a liderança, os eixos estratégicos e a angariação de fundos. "A introdução de boas práticas de gestão no dia-a-dia das organizações sociais visa torná-las mais fortes e capazes de enfrentar os desafios de um 2021-2022 tão incerto", lê-se.

A 5.ª edição do programa Miles decorre entre setembro de 2021 e setembro de 2022 e tem um valor mensal de 175 euros. Em edições anteriores participaram organizações como a APAV, a Terra dos Sonhos e a Fundação O Século.

MARKETEER

Quando foi a última vez que disse bem de uma marca? Elogios valem donativos para a APAV

Por **Marketeer** — em **15:42, 29 Jun, 2021**

Além do Livro de Reclamações, existe também o Livro de Elogios, onde os consumidores podem relatar boas experiências e reconhecer o trabalho positivo desenvolvido por determinada marca ou empresa. No entanto, os portugueses não estarão tão sensibilizados para o elogio como estão para a queixa.

A campanha "Elogia" pretende mudar isso, ao oferecer um incentivo extra para que as organizações optem por incluir esta ferramenta nos seus negócios: por cada Livro de Elogios comprado, será doado um euro à Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

"O arranque da campanha em parceria com a APAV tem um valor inestimável, uma vez que a associação que presta apoio a vítimas de crime, e aos seus familiares e amigos, é a primeira a reconhecer a importância do elogio no processo de construção e reconstrução da auto-estima de qualquer vítima", lê-se em comunicado.

Esta é apenas a primeira acção da campanha, que contará com outras iniciativas para promover a prática do elogio no dia-a-dia, melhorando as relações pessoais, laborais e sociais. Quem quiser saber mais sobre a Elogia poderá visitar as redes sociais (Facebook e Instagram) ou o site do projecto – que irá decorrer até ao final deste ano.

O Livro de Elogios está disponível em mais de 10 mil entidades públicas e privadas portuguesas, em áreas tão diferentes como a saúde, o comércio local, a cultura, a restauração ou bem-estar. CUF, El Corte Inglés e Altice são algumas das empresas que já adoptaram este livro, que existe tanto em formato impresso como digital.

HOSPITAL DA LUZ

20 anos, 20 causas: Luz Saúde e APAV realizam conferência

Conheça os sinais da violência doméstica e como agir nesta conferência online, a 9 de julho, organizada em parceria com a APAV. A Luz Saúde e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vão realizar, no próximo dia **9 de julho**, um ***webinar* gratuito** sobre violência doméstica, destinado a profissionais de saúde e aberto a todos os cidadãos em geral que tenham interesse neste tema. Esta conferência surge no âmbito da iniciativa '20 anos, 20 causas' com que o grupo Luz Saúde está a comemorar o seu 20.º aniversário, sendo a APAV uma das instituições apoiadas.

A violência doméstica:

- É um dos problemas mais atuais na sociedade portuguesa;
- Registou um agravamento com os isolamentos impostos pela pandemia de COVID-19;
- Para ser combatida e prevenida, impõe sensibilizar e capacitar todas as pessoas, e em particular os profissionais de saúde, de forma a reconhecerem os principais sinais de alerta deste crime para poderem ajudar as vítimas.

O *webinar* **"Violência doméstica: conheça os sinais e saiba como agir"** pretende contribuir para este objetivo, proporcionando aos participantes uma abordagem sobre o fenómeno, os sinais e as consequências da violência doméstica, bem como as formas de ajudar as vítimas que estão ao alcance de todos.

A **APAV** é uma instituição particular de solidariedade social que visa "apoiar as vítimas de crime, suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços de qualidade, gratuitos e confidenciais", bem como "contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima". A sua criação, em 1990, surgiu da constatação dos seus fundadores de que, "no 'caras ou coroas' da vida, raramente a face da vítima fica para cima". E apela, por isso, à mobilização de todos os cidadãos.

Na Luz Saúde, também ajudamos a manter a face das vítimas para cima.

Data e horário: 9 julho 2021, 13h

SESSÕES DA APAV NA PROFITECLA PORTO

Junho 29, 2021

Home / Porto / SESSÕES DA APAV NA PROFITECLA PORTO

Nos dias 17, 18 e 22 de junho a **APAV – Associação de Apoio à Vítima** e a **«Portuguesa» – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima**, esteve na **Profitecla do Porto**, no âmbito do **projeto de Educação Sexual**. A Psicóloga e Técnica de Apoio à Vítima da APAV, Maria João Lage, abordou o tema da Violência no Namoro com todas as turmas dos primeiros anos. Através de uma conversa informal e dinâmicas de grupo, os nossos alunos tiveram a oportunidade de reconhecer, mais uma vez, o quão é importante o respeito pelo outro numa relação de namoro.